

CAPÍTULO V

Infrações

Artigo 27.º

Regime aplicável

Sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal que ao caso couber, ao presente regulamento de funcionamento são sancionadas nos termos do presente capítulo.

Artigo 28.º

Competência

1 — A competência para instaurar procedimento contraordenacional, bem como para a aplicação de coimas, cabe ao Presidente da Câmara Municipal da Trofa.

2 — O produto das coimas constitui receita municipal e fica, integralmente, afeta à Câmara Municipal da Trofa.

Artigo 29.º

Contraordenações

1 — São puníveis como contraordenação:

a) O estacionamento do veículo não autorizado, em violação do disposto no artigo 6.º deste regulamento;

b) O estacionamento abusivo, nos termos do artigo 14.º deste regulamento;

c) A utilização abusiva do parque de estacionamento, nos termos do artigo 15.º deste Regulamento;

2 — As contraordenações previstas nas alíneas a) e c) do número anterior são punidas com coima graduada entre o mínimo de 50 euros e o máximo de 150 euros;

3 — A contraordenação prevista na alínea b) do número anterior é punida com coima graduada entre o mínimo de 100 euros e o máximo de 250 euros;

4 — Sendo o infrator reincidente ou pessoa coletiva, os valores mínimos e máximos das coimas aplicáveis são elevados ao dobro;

5 — Para efeito do disposto no número anterior, considera-se reincidente quem cometer uma infração, prevista no presente Regulamento, depois de ter sido condenado, por decisão definitiva ou transitada em julgado, por outra infração do mesmo tipo, se entre duas infrações não tiver decorrido um prazo superior ao da prescrição da primeira.

Artigo 30.º

Determinação da medida da coima

1 — A determinação da medida da coima, dentro dos seus limites, faz-se em função da gravidade da contraordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contraordenação, bem como do grau de perigo que da mesma decorreu para a saúde e segurança das pessoas.

2 — A tentativa e a negligência são puníveis, com redução a metade dos limites mínimo e máximo da coima aplicável.

Artigo 31.º

Sanção acessória

Pode ainda, ser aplicada, em processo contraordenacional, em função da gravidade da infração ou em caso de reincidência, a sanção acessória de interdição temporária de entrada no Parque de Estacionamento Nossa Senhora das Dores e Dr. Lima Carneiro, até ao limite máximo de dois anos.

Artigo 32.º

Omissões

A todas as situações de omissão serão aplicadas as regras previstas no Código de Estrada e demais legislação complementar em vigor e, na falta de previsão legal, serão aquelas resolvidas por deliberação da câmara municipal.

Artigo 33.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 5 (cinco) dias após a data da sua publicação no *Diário da República*.

209567254

MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

Aviso n.º 6352/2016

António Joaquim de Medeiros, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, torna público que:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 04 de maio de 2016, deliberou, por unanimidade, submeter a consulta pública, pelo período de trinta dias contados da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, o Projeto de Regulamento Municipal de Fomento da Produção Pecuária, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais se torna público que, em cumprimento do estatuído no artigo 101.º, n.º 2 do Código do Procedimento Administrativo, os eventuais interessados deverão formalizar as suas sugestões por escrito, dirigindo-as ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Praça do Município, 5430-482 Valpaços.

5 de maio de 2016. — O Vice-Presidente da Câmara, António Joaquim de Medeiros.

Projeto de Regulamento Municipal de Fomento da Produção Pecuária

Nota Justificativa

A atividade pecuária é uma atividade essencial na vitalidade do mundo rural porque assegura um conjunto de fatores ambientais, económicos e sociais primordiais no desenvolvimento agropecuário.

Dadas as características do concelho, onde a atividade pecuária é expressiva, assume a maior importância na sustentabilidade da economia rural, na manutenção e preservação da paisagem rural e das raças autóctones para além do papel essencial que representa na gestão do território.

A saúde animal representa um motivo de preocupação para todos os cidadãos e essa preocupação deriva dos aspetos da saúde animal que se prendem com a saúde pública e a segurança alimentar mas também com custos económicos decorrentes dos surtos de doenças animais e das questões de bem-estar animal, incluindo as implicações do controlo de doenças.

Sendo este município eminentemente rural, onde o setor primário é o principal impulsionador da atividade económica do concelho, com o contributo da autarquia no apoio à manutenção desta atividade garante-se não só a qualidade do produto final, mas também a existência de produtores pecuários com condições de trabalho que assegurarão a continuidade de uma atividade económica importantíssima para o concelho de Valpaços.

Melhorar e preservar o padrão elevado de sanidade pecuária e seus produtos derivados em conformidade com o exigido pelo Ministério da Agricultura é uma preocupação deste município.

Estando em causa o desenvolvimento do concelho, e sendo imperioso a Câmara continuar com o empenho de fortalecer a capacidade de promoção e divulgação do concelho e dos seus produtos em sinergia com o esforço dos Agrupamentos de Produtores e outros agentes locais, para cada vez mais se empregarem e especializarem na comercialização dos seus produtos, sobretudo de carne, decide-se, através deste regulamento, estabelecer um apoio aos agricultores como forma de incentivo à produção pecuária reforçando a coesão económica e social da região, definindo, ainda, os procedimentos necessários ao acesso ao apoio financeiro, a fundo perdido, a conceder aos Produtores Agropecuários do Concelho de Valpaços.

Assim, e considerando que de acordo com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea v) da Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal participar na prestação de serviços nas condições constantes de Regulamento, o projeto de regulamento que agora se submete a consulta pública foi elaborado no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 2.º, na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º, na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O presente regulamento estabelece as condições gerais de acesso às participações financeiras a fundo perdido, a conceder pelo Município de Valpaços, aos titulares de explorações agropecuárias existentes no concelho de Valpaços visando o apoio à fixação e rejuvenescimento da força de trabalho, motora do desenvolvimento rural e ainda à sus-

tentabilidade em tempo de crise global, atenuando o impacto negativo do aumento dos custos de exploração, sem o correspondente aumento de receitas dos seus efetivos bovinos, ovinos e caprinos.

2 — O presente regulamento aplica-se em exclusivo às explorações com animais reprodutores, devidamente saneados, que cumpram as regras sanitárias em vigor.

Artigo 2.º

Encargos financeiros

As comparticipações financeiras a atribuir pelo Município de Valpaços resultantes da aplicação deste Regulamento são financiadas através de verbas inscritas anualmente no orçamento municipal.

Artigo 3.º

Condições de acesso

Para efeitos de candidatura o criador de gado bovino, ovino ou caprino deve reunir, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Ser titular de exploração agropecuária no concelho de Valpaços;
- b) Apresentar documento comprovativo da existência de animais intervencionados no decurso do ano a que diz respeito;
- c) Terem sido anualmente cumpridas, nos seus efetivos animais, todas as obrigações legais, em termos sanitários, através dos serviços de uma OPP (Organização de Produtores Pecuários) com sede social e atividade operacional no Concelho de Valpaços.

Artigo 4.º

Apresentação e análise das candidaturas

1 — As candidaturas destinadas à obtenção de apoio financeiro serão apresentadas diretamente nos serviços de atendimento do Município de Valpaços, mediante preenchimento de formulário próprio, acompanhado dos documentos referidos no artigo anterior.

2 — Os serviços mencionados no número anterior devem, sempre que necessário, solicitar a colaboração de outros serviços ou entidades, nomeadamente do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, de Organizações de Agricultores e/ou de Produtores e das Juntas de Freguesia.

Artigo 5.º

Decisão

Concluído o processo de candidatura elaborado pelos Serviços, o Presidente da Câmara aprova as respetivas comparticipações financeiras e apresenta listagens na reunião de Câmara seguinte.

Artigo 6.º

Montante financeiro

1 — O montante anual do apoio a atribuir pela Câmara Municipal de Valpaços aos produtores de bovinos, ovinos e caprinos, por animal, será calculado da seguinte forma:

- a) Bovinos adultos com idade igual ou superior a 12 meses: 7,50 € (sete euros e cinquenta cêntimos) por cada animal;
- b) Ovinos e Caprinos (pequenos ruminantes) — com identificação eletrónica: 1,00 € (um euro) por cada animal.

Artigo 7.º

Fiscalização

1 — A Câmara Municipal de Valpaços pode, a todo o tempo, por qualquer meio e sempre que o julgue necessário, verificar o cumprimento, por parte do produtor, dos termos do presente regulamento, designadamente solicitando informações e esclarecimentos por escrito.

2 — Se o produtor impedir ou dificultar, por qualquer meio, o exercício dos poderes de fiscalização, a Câmara Municipal de Valpaços poderá suspender o pagamento do apoio financeiro.

Artigo 8.º

Falsas declarações

A comprovada prestação de falsas declarações tendo por fim obter algum dos benefícios a que se refere o presente anteprojeto de regulamento, caso venham a obter-se, implicarão, para além do respetivo procedimento criminal, a devolução dos montantes recebidos acrescidos dos correspondentes juros à taxa legal para dívidas à Administração Pública e a suspensão das ajudas por um período até três anos.

Artigo 9.º

Dúvidas e omissões

Compete à Câmara Municipal resolver, mediante deliberação, todas as dúvidas, omissões e sanções a aplicar.

Artigo 10.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia útil seguinte à data da sua publicação.

309562272

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Aviso n.º 6353/2016

Para os devidos efeitos, torna-se publico que, por meu despacho de 22 de abril de 2016 e pelo disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho e no uso da competência que são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2016, as situações de mobilidade intercategorias dos trabalhadores, Maria Teresa Carona Ferreira Pinto, detentora da carreira/categoria de assistente técnico para o exercício de funções de coordenador técnico e Nuno Miguel Pimentel Almeida, detentor da carreira/categoria de assistente operacional para o exercício de funções de encarregado operacional, nos termos do que dispõe o n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

6 de maio de 2016. — O Presidente da Câmara, *Eng. Gustavo de Sousa Duarte*.

309563828

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso (extrato) n.º 6354/2016

Torna-se público que, nos termos dos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, o trabalhador Nuno Miguel Correia do Novo Pinhal concluiu com sucesso o período experimental na carreira/categoria de especialista de informática de grau 1 nível 2, obtendo a avaliação final de 17.73 valores, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Município de Vila Nova de Gaia.

A conclusão do período experimental foi homologada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal em 1 de abril de 2016, com produção de efeitos a 09 de março de 2016.

21 de abril de 2016. — O Vereador, por delegação de competências, *Dr. Manuel Monteiro*.

309528585

Aviso (extrato) n.º 6355/2016

Torna-se público que, nos termos dos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, a trabalhadora Marina Alexandra Pereira Fonseca concluiu com sucesso o período experimental na carreira/categoria de técnico superior, obtendo a avaliação final de 15.66 valores, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Município de Vila Nova de Gaia.

A conclusão do período experimental foi homologada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal em 22 de março de 2016.

21 de abril de 2016. — O Vereador, por delegação de competências, *Dr. Manuel Monteiro*.

309528536

Aviso n.º 6356/2016

Torna-se público que, nos termos dos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, os trabalhadores, Carla Susana Alves Magalhães, Célia Eduarda de Moreira Pereira e Castro, Filipa Isabel Cardoso de Oliveira, Filipe António Morgado Pinto Fonseca e Almeida, Isabel Mónica Machado Ribeiro, José Carlos Alves Nogueira, Maria Adélia Sobral Barbosa, Maria do Céu Oliveira Coelho Silva, Maria Cristina Godinho Martins Sanches, Maria José Cruz Oliveira Miranda Alves, Maria Salomé Coimbra Pinto, Rui Gil de Oliveira Soares, Paula